

A Educação Ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais

The Environmental Education on the Brazilian National Curriculum Parameters

Taís Conceição dos Santos

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/IOC) e Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)
taisquim@hotmail.com

Marco Antonio Ferreira da Costa

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
costa@fiocruz.br

Resumo

A grande importância da inserção da temática ambiental na prática educativa atualmente é uma consequência dos complexos problemas ambientais planetários. Nas últimas décadas este tema vem ganhando espaço nas escolas e na sociedade como um todo. Diante desta importância este trabalho se propôs a analisar como a Educação Ambiental está sendo sugerida nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Os dados apontam que a Educação Ambiental não se limita, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, à preservação do Meio Ambiente, mas incorpora os aspectos sociais, econômicos, éticos e políticos além, é claro, de reconhecê-la como uma temática a ser inserida no currículo de modo diferenciado, ou seja, através da interdisciplinaridade.

Palavras chave: Educação Ambiental, Parâmetros Curriculares Nacionais, Meio Ambiente.

Abstract

The great importance of the integration of environmental issues in educational practice today is a result of planetary complex environmental problems. In recent decades this theme has been gaining space in schools and in society as a whole. Before this importance this study proposes to analyze how Environmental Education is being suggested in the National Curricular Parameters. The research indicate that Environmental Education is not limited, in the National Curricular Parameters, the preservation of the environment, but incorporates all aspects of social, economic, political and ethical in addition, and of course, to recognize it as a theme to be inserted in the curriculum in a differentiated way, in other words, through the interdisciplinarity.

Key words: Environmental Education, Brazilian National Curriculum Parameters, Environment

Introdução

Nunca se falou tanto em Educação Ambiental (EA) como atualmente. A grande relevância desta temática no contexto educacional é uma consequência das políticas de impacto estimuladas no mundo e da sucessão de medidas ambientais em âmbito internacional. No Brasil a EA é um tema tratado, ultimamente, com maior interesse parecendo ser um assunto ‘novo’ e não tendo apresentado objetivo e metodologias de ação estabelecidas nem nas escolas tampouco nas universidades (BERNARDES e PRIETO, 2010).

Dias (2004) conceitua a EA como um conjunto de conteúdos e práticas ambientais, orientadas para a resolução dos problemas concretos do ambiente, por meio do enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da comunidade. Neste sentido, não cabe mais uma visão reducionista do conceito de EA, na qual são privilegiadas apenas as questões relativas ao meio ambiente, restringindo as atividades relacionadas à EA ao ensino da ecologia.

Desta forma, é importante que os problemas ambientais da comunidade sejam analisados e que o aluno perceba que faz parte da sociedade. Neste sentido, cabe à EA levar o aluno a compreender a estreita interação entre Meio Ambiente equilibrado e qualidade de vida do homem, além de, mostrar que a EA não se limita à preservação do Meio Ambiente, mas incorpora os aspectos sociais, econômicos, éticos e políticos. É fundamental que a EA leve à prática da reflexão, construindo o conceito de autonomia e ampliando a ideia de cidadania nos alunos. Por estes motivos, a temática ambiental ainda encontra resistências em alguns países e em alguns segmentos da sociedade, pois seus objetivos vão além dos aspectos ambientais.

Leff (2002), ao analisar a problemática ambiental, reconhece que a EA exige uma integração de conhecimentos e aproximações sistêmicas, holísticas e interdisciplinares que, se limitadas à reorganização do saber disponível, são insuficientes para satisfazer a demanda de conhecimentos necessários para se trabalhar esta temática. A questão ambiental requer novos conhecimentos teóricos e práticos para sua compreensão e resolução. Dessa forma, a EA induz a um desenvolvimento de conhecimentos em diversas disciplinas científicas. Por isso, o autor apresenta a interdisciplinaridade como um processo de interligação entre os diversos campos científicos.

Diante deste contexto, em 1996 o MEC elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) incorporando a dimensão ambiental, como Tema Transversal, nos currículos de Ensino Básico. A incorporação da temática ambiental no currículo da Educação Básica buscou pôr fim a visão conteudista que ainda perdura na educação brasileira. Corroborando com esta ideia Souza (2004, p. 24) ressalta que:

Foi muito importante a inserção da Educação Ambiental nos PCNs, mostrando uma visão integradora e transformadora, mas, metodologicamente, ainda falta uma indicação menos compartimentada dos conteúdos das diversas áreas de conhecimento o que poderia levar a uma mudança das práticas pedagógicas em EA.

Seguindo as premissas do Programa Internacional de Educação Ambiental e da Conferência de Tbilisi, o governo brasileiro incorporou a EA como um instrumento de política educacional, como um componente interdisciplinar. Neste contexto, a Lei 9795/99, que dispõe sobre a EA institui a Política Nacional de Educação Ambiental, apresentando-a como um componente fundamental da educação brasileira buscando a construção de “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, entendido como bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

Esta lei muda à visão que temos da EA, isto porque através dela a EA passa a ser entendida como um processo e não como um fim em si mesmo. A mesma lei (9795/99) estabelece que a EA deva ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, e não como disciplina específica incluída no currículo escolar.

O ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), na mais recente versão, de 2005, sinaliza um novo olhar para a compreensão do processo educativo, apresentando alguns princípios pedagógicos acerca da dimensão crítica da EA como a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural, sob o viés interdisciplinar.

Inserindo-se neste contexto, o presente trabalho que faz parte de um estudo mais abrangente sobre a inserção da EA na matriz curricular do Ensino Fundamental, debruça-se sobre uma investigação em um documento educacional brasileiro – os Parâmetros Curriculares Nacionais – procurando analisar como a EA é apresentada e sugerida para seu desenvolvimento no mesmo.

Metodologia

Para o estudo do tema proposto foi realizada uma pesquisa empírica com abordagem qualitativa. A escolha da pesquisa com abordagem qualitativa esteve ligada ao fato de a mesma “ter o ambiente natural como sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” e, além disso, “envolver a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada” Bogdan e Biken (apud LÜDKE & ANDRÉ, 1989, p. 11).

Desenvolvemos este trabalho a partir de uma pesquisa documental dos PCNs. Guba e Lincoln (apud LÜDKE & ANDRÉ, 1989) destacam que os documentos constituem uma fonte rica e estável, daí sua importância. Além disso, Dutra e Terrazan (2012, p. 173) ressaltam que “a pesquisa documental é parte integrante de qualquer pesquisa sistemática e precede ou acompanha os trabalhos de campo. Ela pode ser um aspecto dominante em trabalhos que visam a mostrar a situação atual de um determinado assunto ou que tentam traçar a evolução histórica de um problema”.

A análise dos PCNs teve o objetivo de verificar como está sendo sugerido, aos docentes, o trabalho com a EA no contexto educacional. A escolha do PCNs deve-se ao fato de o mesmo apresentar-se como um norteador da prática educacional. Além disso, o mesmo é de fácil acesso a todos os docentes e tem como função primordial orientar e favorecer a coerência e a organização do Sistema Educacional Brasileiro.

Partindo do pressuposto que a EA constitui um conjunto de conteúdos e práticas orientadas para a resolução dos problemas concretos do ambiente, por meio do enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada cidadão (DIAS, 1994), optamos por analisar o documento PCNs (volume 9) – Meio Ambiente (1997) procurando detectar as relações enfatizadas no mesmo.

Resultados e Discussão

A EA tem experimentado um expressivo crescimento nos últimos tempos. Há um pouco mais de uma década a temática Meio Ambiente foi incorporada como um dos Temas Transversais nos PCNs visando um trabalho pedagógico que desenvolva além da

aprendizagem de conceitos, pelos alunos, atitudes e posturas éticas em relação ao Meio Ambiente. Dentro deste contexto, Boton e colaboradores (2010, p. 43) destaca que:

Nas determinações normativas, observa-se que, apesar de os PCNs tratarem do Tema Transversal Meio Ambiente como apenas mais um entre os demais, a EA alçou status privilegiado, merecendo normativas específicas, as quais demandam um profissional docente devidamente habilitado, a fim de proporcionar uma eficaz capilarização da EA no sistema brasileiro de ensino.

Andrade (2000) ressalta que, mesmo de forma pontual, muitos docentes têm dedicado parte de seu trabalho em sala de aula às questões relativas ao Meio Ambiente, isso sem esquecer-se das organizações ambientais, políticas, a mídia e outros grupos. Corroborando com os PCNs as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que trata-se de um conjunto de normativas estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação estabelece no artigo 7º que:

Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos. (BRASIL, 2012, p. 3)

Um dos papéis de destaque da EA é proporcionar ao aluno a compreensão da interação Meio Ambiente equilibrado/qualidade de vida do homem. Foi possível detectar que a EA nos PCNs não se limita a preservação do Meio Ambiente, ao contrário o documento incorpora os aspectos sociais, econômicos, éticos e políticos como destacado abaixo:

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. (BRASIL, 1997, p. 187)

Neste sentido, para realizar uma educação comprometida com a transformação para um mundo mais equilibrado social e ambientalmente, como propõe os pressupostos da temática ambiental, é preciso resgatar o planejamento participativo. Cabe, então, a escola proporcionar aos seus alunos um ambiente favorável as discussões e reflexões com o intuito de contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu papel em relação ao Meio Ambiente.

Quando pensamos na temática ambiental é extremamente importante uma discussão entre docentes, escola e sociedade. Assim, observamos que a ausência de um projeto político-pedagógico dificulta a inserção de maneira eficaz desta temática na prática educativa.

Diante deste panorama, Almeida e Oliveira (2007) ressaltam a importância da atuação efetiva da escola no desenvolvimento da EA. Os autores afirmam que o desenvolvimento da EA é uma via de mão dupla na medida em que os resultados dessa atuação representam aspectos positivos para a escola, no que diz respeito a inovações nas práticas escolares, introduzindo procedimentos mais ativos e interdisciplinares; e para as questões do Meio Ambiente no processo de conscientização da sua importância para a vida humana e a necessidade de preservação, como destacado pelos PCNs: “Para que esses trabalhos possam atingir a amplitude, é necessário que toda a comunidade escolar assuma os mesmos objetivos, pois eles se concretizarão em diversas ações que envolverão todos, cada um na sua função” (BRASIL, 1997, p. 191).

Neste sentido, a EA se configura numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir a toda sociedade, através de um processo pedagógico participativo permanente, que procura inculcar no aluno uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a origem e a evolução dos problemas ambientais.

Dentro deste panorama, a educação e a conscientização das gerações presente e futura possuem um valor indiscutível no processo de mudança de atitude, criando novas alternativas aos problemas trazidos pelo nosso estilo de vida; e a escola tem um papel fundamental neste processo, como podemos observar no trecho abaixo retirado dos PCNs:

A grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende que seus alunos apreendam, para que possa, de fato, contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o Meio Ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele. (BRASIL, 1997, p. 187)

O desenvolvimento da temática ambiental através da perspectiva interdisciplinar é enfatizado nos PCNs. Este reconhece a EA como uma temática a ser inserida no currículo de modo diferenciado, não se configurando como uma disciplina a mais, mas sim como um tema que perpassa todas as disciplinas da matriz curricular. Assim, a EA, pelos conteúdos e conhecimentos sobre Meio Ambiente, é interdisciplinar e o modo como deve ser ministrada é através da transversalidade, como destacado no trecho abaixo:

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas. (BRASIL, 1997, p. 193)

Neste contexto, cabe ressaltar que interdisciplinaridade e transversalidade diferem uma da outra, haja visto que a interdisciplinaridade refere-se a abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, referindo-se portanto a uma relação entre as disciplinas; enquanto a transversalidade refere-se a dimensão da didática (metodológica), apontando uma transformação da prática pedagógica.

Corroborando com os PCNs, Bernardes e Prieto (2010) ressaltam que nenhuma área de conhecimento consegue, isoladamente, tratar todas as questões ambientais. Desta forma, cabe à escola inserir esta temática ao projeto político-pedagógico da instituição e assim definir as ações e projetos a serem desenvolvidos. Ainda neste contexto, as DCNs da EA enfatizam no artigo 8º que:

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico. (BRASIL, 2012, p. 3)

Diante da complexidade da temática ambiental e das dimensões continentais do nosso país, torna-se muito difícil selecionar os conteúdos desta temática de forma satisfatória. Neste sentido, os PCNs foram divididos em três blocos denominados *Bloco de Conteúdos*. A finalidade na criação destes blocos foi de tentar articular as questões inerentes a temática ambiental na sua amplitude e particularidades, como podemos observar: “Além de um elenco de conteúdos, o tema Meio Ambiente propõe que se garanta aos alunos aprendizagem que

lhes possibilite posicionar-se em relação às questões ambientais nas suas diferentes realidades particulares e atuar na melhoria de sua qualidade” (BRASIL, 1997, p. 202).

O primeiro bloco – A natureza “cíclica” da Natureza – visa debater o conhecimento da dinâmica dos fenômenos ocorridos na natureza, onde é debatida a questão do desequilíbrio ambiental, além da problemática da água. Já o segundo bloco – Sociedade e Meio Ambiente – trata de questões ligadas à relação sociedade/natureza. Neste bloco são discutidas as consequências ambientais da organização dos espaços pelo homem enfatizando as questões de degradação ambiental e conservação visando à qualidade de vida da comunidade, como no trecho em destaque:

Tendo como base as características integradas da natureza, e de como ela se altera segundo as diferentes formas de organização socioculturais, este bloco inclui desde a preocupação do mundo com as questões ecológicas até os direitos e responsabilidades dos alunos e sua comunidade com relação à qualidade do ambiente em que vivem, e as possibilidades de atuação individual e coletiva. (BRASIL, 1997, p. 203)

O terceiro bloco – Manejo e conservação ambiental – traz para o debate os pontos positivos e negativos da interferência do homem no Meio Ambiente, discutindo as formas mais adequadas de intervenção humana na tentativa de minimizar os impactos no mesmo. Questões como a sustentabilidade, as mudanças climáticas locais e globais e a problemática do lixo são alguns dos pontos a serem trabalhados neste bloco de conteúdo. Ainda em relação aos blocos de conteúdos, os PCNs destacam, novamente, a importância do trabalho sob a ótica interdisciplinar e transversal, buscando uma visão mais ampla das questões ambientais por parte dos alunos.

Diante da importância social que a temática ambiental apresenta, este Tema Transversal deve ou deveria, na prática, perpassar todas as áreas de conhecimentos, sempre que a lógica disciplinar permitir. Entretanto, o que se observa no cotidiano é que a temática ambiental tem sido inserida no contexto educacional de forma pontual (SANTOS, 2008). Isto talvez se justifique no fato de que ainda hoje encontramos resistências e/ou incompreensões a respeito da interdisciplinaridade e da transversalidade, o que segundo Bernardes e Prieto (2010, p. 183) “resultam em uma aparente baixa eficácia das ações de Educação Ambiental nos ambientes escolares”.

Desta forma, um dos grandes desafios da educação é pensar em valores necessários para a formação visando à cidadania. Neste sentido, há de se ter cuidado para que os Temas Transversais não sobrecarreguem os currículos, dificultando o trabalho dos docentes e a aprendizagem dos alunos, sem agregar benefícios aos mesmos se esses forem tratados sem a devida importância.

Considerações Finais

Ao analisarmos os PCNs no volume “Meio Ambiente” ficou evidente que o documento busca o desenvolvimento de um trabalho contínuo da temática ambiental. Verifica-se em vários momentos que se almeja uma EA que visa à cidadania e um desenvolvimento sustentável, incentivando os alunos a refletirem sobre a problemática ambiental, seja em uma escala local seja em escala global. Além disso, os PCNs frisam a todo momento a necessidade em se trabalhar a EA sob a perspectiva interdisciplinar e de forma transversal. Entretanto, o documento não esclarece a forma como os docentes irão desenvolver este trabalho.

Por outro lado, cabe mencionar que os PCNs são documentos orientadores da educação nacional, portanto, não são obrigatórios, diferentemente das DCNs da EA que são normas obrigatórias para a Educação Básica, orientando o planejamento curricular das escolas e instituições de ensino. Assim, as DCNs se diferem dos PCNs, isto porque enquanto as DCNs são leis, dando as metas e objetivos a serem buscados em cada curso, os PCNs são apenas referências curriculares.

Neste sentido, a EA deve ser uma prática efetiva na qual todas as pessoas envolvidas no contexto escolar devem estar preparadas. Não basta acrescentar a EA como uma disciplina na estrutura curricular. O desenvolvimento da EA de forma interdisciplinar e transversal busca a transformação de conceitos, valores e comportamentos de modo a formarmos cidadãos mais críticos. Neste contexto, a prática da EA necessita estar interligada com todas as disciplinas do currículo, assim como preconiza os PCNs.

Referências

ALMEIDA, M. P. Q; OLIVEIRA, C. I. Educação Ambiental: importância da atuação efetiva da escola e do desenvolvimento de programas nesta área. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**. V.18, jan./jun. 2007, p. 12-24.

ANDRADE, D. F. Implementação da Educação Ambiental em Escolas: uma reflexão. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. V.4, out./dez. 2000.

BERNARDES, M. B. J.; PRIETO, E. C. Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. V.4, jan./jul. 2010, p. 173-185.

BOTON, J.M. et. al. O meio ambiente como conformação curricular na formação docente. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**. V.12, n.3, 2010, p. 41-50.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais - Meio Ambiente. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: DOU, 1999.

_____. Resolução nº2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União. Brasília: DOU, 2012.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DUTRA, F.; TERRAZZAN, E. A. E. Reflexos das normativas legais sobre formação de professores da educação básica em configurações curriculares de cursos de licenciatura em química e formação da identidade profissional docente. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**. V.14, n.1, 2012, p. 169-180.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, M; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, T. C. **Interdisciplinaridade e Meio Ambiente: Caminhos que se cruzam**, 2008. 130p. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde) - Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, D. A. A Relação da Criança com o Meio Ambiente: A Educação Ambiental nos Contextos Escolares, 2004. 143p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Superior de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 2004.